



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA - 3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE RIO BRANCO

Com esteio na Portaria COGER nº 01/2020 alterada pela Portaria nº 31/2020, em cumprimento às disposições previstas no art. 40 da Lei Complementar nº 221/2010, realizou-se Correição Extrajudicial Ordinária no 3º Tabelionato de Notas e Registro Civil da Comarca de Rio Branco no dia 09/10/2020.

O 3º Tabelionato de Notas e Registro Civil, está cadastrada no sistema Justiça Aberta sob o CNS 00.079-4, encontra-se **vago**, razão pela qual o Poder Judiciário do Estado do Acre, por meio da Portaria PRESI nº 1.007/2015, designou o Sr. *Fredy Pinheiro Damasceno Salgado* para responder interinamente pelo expediente.

Os trabalhos correccionais foram coordenados pelo Juiz Auxiliar Dr. Leandro Leri Gross, auxiliado pelos servidores Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt, Annete Nágila da Silveira Vale e Jovanny do Nascimento Fogaça.

Objetivando a publicidade das atividades correccionais, a Corregedoria-Geral da Justiça cientificou os Juízes Corregedores Permanente dos Serviços de Notas e de Registro, os Delegatários e Interinos das Serventias Extrajudiciais, o Presidente da OAB/AC e os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Acre.

Visando à efetiva fiscalização dos atos praticados e à averiguação da organização e da técnica dos serviços, examinaram-se, por amostragem, os livros, autos e papéis da Serventia, verificando-se o cumprimento das determinações legais e a regularidade dos procedimentos adotados no serviço de registro e de notas.

Analisou-se, também, o índice de presteza e qualidade do atendimento, mediante observação do tempo de espera

e da adequação dos serviços.

Quanto às ferramentas de fiscalização concernentes à segurança e à autenticidade dos atos praticados, inspecionou-se a sistemática e a utilização do selo digital e os aplicativos cartorários utilizados na Serventia.

No tocante às instalações prediais e à estrutura mobiliária e de equipamentos, realizou-se vistoria no prédio, utilizando critérios previamente definidos pela equipe de correição, que tem por escopo aferir a adequabilidade das dependências à prestação dos serviços e à segurança e conservação dos livros e documentos do cartório.

Em relação aos fluxos de trabalho da fiscalização, a equipe descentralizou a análise dos documentos da seguinte forma:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

- O servidor Jovanny do Nascimento Fogaça realizou a inspeção das instalações da Serventia, dos arquivos, do sistema cartorário, bem ainda verificou a prestação do atendimento aos usuários da Serventia Extrajudicial;
- Os atos e a escrituração do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas foram examinados pela servidora Annete Nágila da Silveira Vale;
- O exame dos atos e a escrituração do Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos foram empreendidos pela servidora Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt;

A análise de documentos enviados à Gerência de Fiscalização Extrajudicial em formato digital pela Titular da Serventia Extrajudicial, referentes à documentação dos funcionários da Serventia, à regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários, das obrigações tributárias e, também, à escrituração contábil da unidade extrajudicial fora procedida no âmbito da Gerência de Fiscalização Extrajudicial.

As imagens correlatas às ocorrências descritas no presente documento e os formulários concernentes ao *check list* das instalações serão arquivadas nos assentamentos digitais da Gerência de Fiscalização Extrajudicial;

Por fim, saliente-se que os trabalhos correccionais foram fiscalizados pelo Desembargador Júnior Alberto (Corregedor-Geral da Justiça) e pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Leandro Leri Gross.

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O FORMULÁRIO DE CORREIÇÃO

O relatório de correção ordinária adota a sistemática de perguntas. Para cada pergunta, o servidor anotará uma alternativa que consiste em “Conformidade” ou “Não Conformidade”.

Assinalada a alternativa “Conformidade”, verifica-se a conformidade da serventia quanto ao item avaliado.

Na hipótese de resposta “Não Conformidade”, o Delegatário ou Interino deverá observar o teor da recomendação e promover os atos necessários para a sua regularidade.

O Delegatário ou Interino terá o prazo de 30 dias para apresentar manifestação sobre a recomendação ou comprovar sua conformidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Matérias que ensejem análise pormenorizada serão submetida à Assessoria da Corregedoria Geral da Justiça e para deliberação final do Corregedor.

Inconformidades ou irregularidades serão apreciadas pelo Corregedor Geral da Justiça e objeto de determinação específica nos autos da Correição Ordinária ou em processo que verse sobre procedimento administrativo.

DO FUNCIONAMENTO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
NOTARIAIS E DE REGISTRO
PARTE GERAL
Dos Aspectos Gerais da Serventia

1 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, nos dias e horários estabelecidos por este Provimento?

Conformidade

Não conformidade

2 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, em local de fácil acesso ao público?

Conformidade

Não conformidade

3 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, oferecendo segurança para o arquivamento dos livros e documentos ?

Conformidade

Não conformidade

4 - Os serviços notariais e de registro são prestados de modo eficiente e adequado, com respeito, presteza, eficiência e urbanidade aos usuários - art. 144/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

5 - O(A) Titular/Interino(a) e seus prepostos fizeram-se presentes na Serventia durante a realização da Correição Geral Ordinária?

Conformidade

Não conformidade

6 - O mobiliário e equipamentos que guarnecem a serventia proporcionam boa qualidade para o atendimento e para a execução das atividades cartorárias

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

7 - A serventia possui sistema de senha para comprovação do tempo de espera?

Conformidade

Não conformidade

8 - Serventia oferece atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida?

Conformidade

Não conformidade

9 - A Serventia possui áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Conformidade

Não conformidade

10 - A serventia possui Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiro Militar?

Conformidade

Não conformidade

Dos Emolumentos e Fundos do Poder Judiciário

11 - A tabela de emolumentos encontra-se fixada em local visível ao público?

Conformidade

Não conformidade

12 - O Tabelião ou Oficial observa os valores fixado na tabela de emolumentos na prática dos atos?

Conformidade

Não conformidade

13 - O Tabelião ou Oficial tem fiscalizado o recolhimento dos imposto incidentes sobre atos que devam praticar?

Conformidade

Não conformidade

14 - Os notários e registradores têm comunicado à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras – Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

15 - O Tabelião ou Oficial tem recolhido regularmente os valores inerentes ao Fundo de Compensação e ao Fundo do Poder Judiciário?

Conformidade

Não conformidade

16 - O Tabelião ou Oficial alimenta semestralmente, via internet, todos os dados no sistema Justiça Aberta até o dia 15 dos meses de Janeiro e Julho ou atualizado quaisquer alterações cadastrais em até 10 dias após suas ocorrências?

Conformidade

Não conformidade

17 - A nomeação de substituto e escreventes, assim como sua destituição é feita por portaria interna e contém a atribuição do escrevente?

Conformidade

Não conformidade

18 - A portaria de nomeação de preposto foi comunicada ao Juiz Corregedor Permanente e a Corregedoria Geral da Justiça?

Conformidade

Não conformidade

Do Horário de Funcionamento

19 - Existe placa indicativa do sobreaviso nos Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, contendo o nome do preposto, endereço e o telefone de contato?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

20 - Foi praticado ato notarial ou de registro fora do horário regulamentar ou do expediente interno, bem ainda em dias em que não houve expediente?

Conformidade

Não conformidade

21 - Foi constatado algum atendimento ao usuário com prazo excedente a 30 minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento do serviço?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Do Local de Funcionamento

22 - Existe placa indicativa da serventia contendo a natureza dos serviços?

Conformidade

Não conformidade

Dos Livros e Arquivos

23 - Os livros obrigatórios ou facultativos estão impressos, numerados, rubricados, encadernados, contendo termo de abertura e de encerramento assinados pelo Delegatário/Interino ou por pessoa autorizada?

Conformidade

Não conformidade

24 - Os livros contém 300 (trezentas) folhas?

Conformidade

Não conformidade

25 - Os livros do Tabelionato de Notas contém 200 (trezentas) folhas?

Conformidade

Não conformidade

26 - Os livros foram encadernados pelo processo de blocagem?

Conformidade

Não conformidade

27 - As folhas dos livros, anverso ou verso, possuem margem superior ou inferior suficiente para a boa qualidade da impressão, margem lateral interna adequada para futura encadernação e espaço necessário para eventuais anotações e averbações, bem como para colheita das rubricas das partes?

Conformidade

Não conformidade

28 - A serventia adota o sistema de *backups*, atualizado com periodicidade, tendo o módulo arquivado em local distinto da serventia ou armazenado em servidor externo com requisitos de segurança?

Conformidade

Não conformidade

29 - A serventia já está operando em conformidade com o que dispões o Provimento CNJ nº 74/2018. (Data limite para implantação de todos os padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade **27/01/2019**)

Conformidade

Não conformidade

Observação: Processo Sei nº 0009392-96.2019.8.01.0000, Despacho 13582/2020 do Desembargador Júnior Alberto Corregedor Geral, em 10/08/2020,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

solicita novas informações ao Interino da referida unidade extrajudicial, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer as providências empreendidas para fins de cumprimento do Provimento CNJ n. 74/2018. Não ocorrendo manifestação do Interino até a data da Correição.

Recomendação para a inconformidade:

(X) Apresentar justificativas para não ter implementada às rotinas exigidas pelo Provimento CNJ nº 74/2018.

(X) Apresentar plano de gestão contendo os prazos de cada etapa, para a finalização da implantação dos rotinas exigidas pelo Provimento CNJ nº 74/2018.

Código da Foto: 20201009_141723.jpg

Do Selo Digital de Fiscalização

30 - O Selo Digital de Fiscalização conterem: código alfanumérico autônomo e próprio, composto por 2 caracteres de identificação da serventia, 8 caracteres de identificação do selo e 5 caracteres seguintes, representando a chave de segurança do selo, além do código QR code para facilitar sua identificação, conforme § 1º do Art. 202 do Provimento COGER 10/2016?

(X) Conformidade

() Não conformidade

CORONAVÍRUS - COVID-19

31 - Tratativas para a prevenção a contaminação do Covid-19.

(X) Conformidade

() Não conformidade

Observação: Notou-se que na área destinada a espera para o atendimento da serventia que o distanciamento das cadeiras e dos clientes ocorre de forma controlada, entretanto ao ponto em que o cliente é chamado para ser atendido o espaçamento dos guichês não obedece o distanciamento mínimo de 150 cm.

DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Das Disposições Gerais

1 - Foram apresentados todos os livros obrigatórios, previstos no art. 33, da Lei de Registros Públicos?

(X) Conformidade

() Não conformidade

2 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais estão escriturados em dia, livres de rasuras, emendas, entrelinhas não ressalvadas, espaços em branco e falta de assinatura das partes e testemunhas, quando for o caso?

(X) Conformidade

() Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

3 - A escrituração dos Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, com exceção do Livro E, obedece ao limite de 300 (trezentas) folhas estabelecida no art. 151, *caput*/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

4 - A escrituração do Livro "E" de Registro Civil das Pessoas Naturais obedece ao limite de 150 (cento e cinquenta) folhas, consoante previsão inserta no art. 33, parágrafo único, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

O Livro E, não faz parte do acervo da Serventia.

5 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais correicionados estão regulares quanto à existência de Termos de Abertura e Encerramento e devidamente assinados pelo Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, na forma do art. 149, §1º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

6 - Os termos e folhas dos Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura do Oficial Registrador ou de Escrevente Autorizado?

Conformidade

Não conformidade

7 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais estão regulares quanto à sequência infinita do número de ordem dos registros, na forma do art. 7º, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

8 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais encerrados estão regulares quanto à encadernação, na forma do art. 149, §1º c/c art. 151, §3º, ambos do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

9 - Os Livros de Registro Civil das Pessoas Naturais encerrados estão regulares quanto à existência de índice alfabético dos assentos lavrados - ainda que organizado pelo sistema de fichas, na forma do art. 34, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

10 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas naturais encontra-se regular quanto ao atendimento de demandas originadas pela Central de Registro Civil - CRC, na forma do art. 602 e 603/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

11 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas naturais encontra-se regular quanto ao cumprimento das comunicações obrigatórias - IBGE, TRE, INSS, JSM, PRF??

Conformidade

Não conformidade

Do Livro A - Registro de Nascimento

Do exame do **Livro nº A-279** procedeu-se à fiscalização a partir da folha **191** com nº de ordem **081643** data de 10/10/2019, encerrado com (300) folhas. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-280**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) até a folha (300), tendo como último registro nº **082052** no dia 03/01/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-281**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) até a folha (300), tendo como último registro nº **082352** no dia 07/05/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-282**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) até a folha (300), tendo como último registro nº **082652** no dia 10/07/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-283**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) até a folha (300), tendo como último registro nº **082952** no dia 31/08/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-284**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) até a folha (300), tendo como último registro nº **083252** no dia 08/09/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº A-285**, procedeu-se à fiscalização na folha (01) **estando em uso** até a folha (**149**), tendo como último registro nº **083401** no dia 08/10/2020.

12 - Os registros correccionados estão regulares quanto à identificação das assinaturas do Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, bem como do(s) Declarante(s)?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

13 - Os registros correicionados estão regulares na forma do art. 643/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

14 - Os registros correicionados estão regulares na forma do arts. 644 ao 646/CNNR/AC, no que se refere a (DNV) Declaração de Nascido Vivo, bem como, quando o nascimento ocorrer fora do estabelecimento hospitalar?

Conformidade

Não conformidade

15 - Os registros correicionados estão regulares na forma do art. 650/CNNR/AC, quanto ao Reconhecimento de filho e estado civil dos genitores?

Conformidade

Não conformidade

Do Assento de Nascimento Indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais

16 - Os registros correicionados, estão regulares quanto à observância dos arts. 651 ao 654/CNNR/AC, para os casos de assentos de nascimento e registro tardio de indígenas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Reconhecimento Voluntário de Paternidade Socioafetiva

17 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 655 ao 662/CNNR/AC, para os casos de Reconhecimento Voluntário de Paternidade Socioafetiva?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a

Do Nascimento Decorrente de Reprodução Assistida

18 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância dos arts. 662-A, 662-B, 662-C e 662-D, todos do CNNR/AC, para os casos de Registro de Nascimento Decorrente de Reprodução Assistida?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Do Registro Civil Fora do Prazo

19 - Os registros correicionados estão regulares quanto à observância do art. 46, da Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, c/c arts. 665 ao 668/CNNR/AC, para os casos de Registro Civil Fora do Prazo?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

20 - Os registros correicionados estão regulares quanto à coleta de assinatura a rogo e de duas testemunhas para os casos de identificação de registros em que o(s) Declarante(s) não saibam ou estejam impossibilitadas de assinar, na forma do art.177, §1º/CNNR/AC ?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro B - Registro de Casamento e Conversão de União estável em Casamento

Do exame do **Livro nº B-48** procedeu-se à fiscalização do referido Livro, deu-se a partir da folha (**28**), com nº de ordem **10820**, datado de 10/10/2019, estando o Livro encerrado, com (**300**) páginas. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº B-49** procedeu-se à fiscalização do referido Livro, deu-se a partir da folha (**01**), estando em uso até a folha (**208**), tendo como último registro nº **11300** no dia 08/10/2020.

Do exame do **Livro nº BPC-13** procedeu-se à fiscalização do referido Livro, deu-se a partir da folha (**11**), estando em uso até a folha (**11**), tendo como último registro nº **4500** no dia 16/08/2019.

21 - Os processos de habilitação para casamento correicionados estão regulares na forma do art. 670, §1º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

22 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 672, §1º/CNNR/AC, para os casos de habilitação de estrangeiros?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

23 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 673/CNNR/AC, para os casos em que os interessados apresentaram petição de habilitação por meio de procurador, ou assinada a rogo?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

24 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 674 /CNNR/AC, para os casos em que houve o consentimento de pais analfabetos para que seus filhos menores pudessem contrair casamento?

Conformidade

Não conformidade

25 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 675, §1º/CNNR/AC, referente à respectiva autuação e registro?

Conformidade

Não conformidade

26 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma dos arts. 682 ao 684/CNNR/AC, para os casos em que houve apresentação de impedimento?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

27 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 685 c/c art. 686/CNNR/AC, quanto ao nome que os contraentes passaram a usar?

Conformidade

Não conformidade

28 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 685 c/c art. 687/CNNR/AC, quanto ao regime de bens a vigorar durante o casamento?

Conformidade

Não conformidade

29 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 688/CNNR/AC, quanto à consignação da existência de pacto antenupcial?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Da Celebração do Casamento

30 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular quanto aos procedimentos afetos à Celebração de Casamento descrita nos arts. 690 a 698/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Do Registro do Casamento Religioso para Efeito Civis

Do exame do **Livro nº B-10-Auxiliar** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha **(97)**, estando em uso com **(118)** páginas, último registro número **2298** de 05/10 /2020.

31 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais, encontra-se regular quanto ao prazo e validade legal da habilitação, conforme consta nos arts. 701 ao 702, §1º ao 5º/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Da Conversão da União Estável em Casamento

32 - Os processos de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 703/CNNR/AC, referente às anotações necessárias e obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

33 - Quando recebido o requerimento de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 704, c/c 705/CNNR/AC, referente certificação de Edital e lavratura do assento?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

34 - Os assentos de Conversão de União Estável em Casamento, estão regulares quanto à regra contida no art. 706/CNNR/AC, referente às anotações necessárias e obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

() Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Casamento ou Conversão da União Estável em Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo

35 - Art. 707 no que se refere ao casamento ou a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias?

(X) Conformidade

() Não conformidade

() Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Casamento Urgente no Caso de Moléstia Grave

36 - Os processos correicionados, no caso de moléstia grave, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias do Art. 708, §1º ao §4º?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Do Casamento em Iminente Risco de Vida ou Nuncupativo

37 - Os processos correicionados, em eminente risco de vida, estão regulares quanto à regra referente às anotações necessárias e obrigatórias do Art. 709, §1º ao §4º?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Processos de Casamentos já Realizados, Correicionados por Amostragem

LIVRO	FLS. N° ORDEM	NOIVOS	ARQUIVADO
B-48	fl. 28 n°de Ordem 10820	Cristoffer Augusto Valle D'Albuquerque Lima Matos da Costa Shaira Patrícia Silva Ales	11/10/2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

B-48	fl. 32 n° de Ordem 10824	Antonio Luiz Ramos Sobrinho Adriana Veiga da Silva	15/10/2019
B-48	fl. 68 n° de Ordem 10860	Matheus Nonato de Souza Thais Kaylane Cavalcante Lima	04/11/2019
B-48	fl. 79 n° de Ordem 10871	Paulo Henrique Silva de Sousa Carla Christina Santos da Silva	12/11/2019
B-48	fl. 90 n° de Ordem 10882	Basílio Mendes Maria Jarliz Mota de Souza	28/11/2019
B-48	fl. 177 n° de Ordem 10969	Emerson D'Ávila Cardoso Maria Marvy Ferreira Muniz Barbosa	05/02/2020
B-48	fl. 223 n° de Ordem 11015	Marcelo Chaves Batista Priscila Borges de Melo	26/02/2020

Do Livro C - Registro de Óbito

Do exame do **Livro nº C-70** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (41), livro estando encerrado com (300) páginas, tendo como último registro número **20468** datado de 24/02/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº C-71** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (01), livro estando encerrado com (300) páginas, tendo como último registro número **20768** datado de 21/06/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº C-72** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (01), livro estando em uso com (278) páginas, tendo como último registro número **21046** datado de 08/10/2020.

38 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 710, §1º ao §5º /CNNR/AC, quanto à exigência dos documentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

obrigatórios que devem instruir a lavratura do Registro de Óbito, bem como quanto à manutenção daqueles nos arquivos da Serventia?

Conformidade

Não conformidade

39 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 711, §1º/CNNR/AC, relativamente à observância dos prazos para a lavratura do Registro de Óbito, inclusive nos casos de impossibilidade de ser efetuado o registro em até 03 (três) meses?

Conformidade

Não conformidade

40 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 712 c/c 713/CNNR/AC, relativamente às pessoas habilitadas para prestar as declarações obrigatórias para a lavratura do Registro de Óbito?

Conformidade

Não conformidade

41 - Os assentos de óbito correccionados estão regulares na forma do art. 714, §1º ao §3º/CNNR/AC, no que concerne à consignação das informações obrigatórias que o registro deve conter?

Conformidade

Não conformidade

Do Assento de Óbito de Pessoa Desconhecida e da Utilização do Cadáver para Estudos e Pesquisas

42 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 715, §1º ao §6º/CNNR/AC, relativamente ao registro de óbito de pessoas desconhecidas?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

Da Morte Presumida

43 - A Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais encontra-se regular na forma do art. 716, §1º/CNNR/AC, relativamente ao registro de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Do Livro C Auxiliar - Registro de Natimortos

Do exame do **Livro nº C-03-Auxiliar** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (15), estando em uso com (27) páginas, último termo número **01181** datado de 08/07/2020.

44 - Os assentos de Natimortos estão regulares no que concerne à observância dos requisitos descritos no art. 639, *caput*/CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro D - Registro de Proclamas

Do exame do **Livro nº D-12** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (237), encerrado com (300) folhas, último edital datado de 26/06/2020. Livro encadernado.

Do exame do **Livro nº D-13** procedeu-se à fiscalização do referido Livro a partir da folha (01), estando em uso com (39) folhas, último edital datado de 08/10/2020.

45 - Os Editais de Proclamas correicionados estão regulares na forma dos arts. 676, §1º e §2º c/c 677/CNNR/AC, no que concerne à escrituração, ordem cronológica?

Conformidade

Não conformidade

46 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 678, §1º e §2º c/c 679/CNNR/AC, referente ao envio de Edital para publicação, na hipótese em que um dos nubentes residir em distrito diverso daquele em que se processa a habilitação?

Conformidade

Não conformidade

47 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 680 c/c 681/CNNR/AC, no que concerne ao requerimento de dispensa de proclamas, para os casos previstos em lei?

Conformidade

Não conformidade

48 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 681, §1º e §2º/CNNR/AC, no que concerne à observância dos prazos para expedição da certidão de habilitação e para a celebração do casamento?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

49 - Os processos de habilitação de casamento correicionados estão regulares na forma do art. 684/CNNR/AC, para os casos em que a celebração do casamento se deu em circunscrição diversa daquela da habilitação?

Conformidade

Não conformidade

Do Livro E da Emancipação

50 - Os Registros de Emancipação correicionados estão regulares quanto às orientações insculpidas no art. 717 ao 720/CNNR/AC, no que concerne à consignação das referências de da data, do livro, da folha e do ofício em que for lavrada a Escritura Pública ou, em caso de trasladação de sentença, em certidão ou do instrumento, com a assinatura do apresentante?

Conformidade

Não conformidade

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Da Interdição

51 - Os Registros de Interdição correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 721 c/c 722/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Da Morte Presumida

52 - Os Registros das Sentenças Declaratórias de Ausência correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 724/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Da União Estável

53 - Os registros de sentenças declaratórias de Reconhecimento, dissolução e extinção, bem como das escrituras públicas de contrato e distrato envolvendo união estável, serão feitos no Livro "E", correicionados estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 725 ao 728/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Da Adoção

54 - Serão registradas no livro de registro de nascimento as sentenças concessivas de adoção do menor, brasileiro ou estrangeiro, mediante mandado, estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 729 c/c 730/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Das Averbações em Geral e Específicas

55 - A averbação será feita pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais em que constar o assento à vista de carta de sentença, de ordem judicial instrumentada por mandado ou ofício, ou, ainda, de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 731 ao 746/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Das Anotações em Geral e Específicas

56 - Sempre que o Oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados na sua Unidade de Serviço, ou comunicar, com resumo do assento, ao Registro Civil das Pessoas Naturais em que estiverem os registros primitivos conhecidos, procedendo da mesma forma indicada para as averbações, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 747 ao 750, §1º ao §4º/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade

O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Das Retificações, Restaurações e Suprimentos

57 - Os pedidos de retificação, restauração ou suprimento de assentamentos no Registro Civil das Pessoas Naturais serão processados judicialmente, na forma legal, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 751 ao 753, §1º ao §4º/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

- Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria.
 O Livro não faz parte do acervo da Serventia.

Dos Traslados de Assentos Lavrados em País Estrangeiro

58 - O traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, a que se refere o "caput" do art. 32 da Lei n. 6.015/73, será efetuado no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem a necessidade de autorização judicial, os mesmos estão regulares quanto aos requisitos exigidos no art. 754 ao 775/CNNR/AC, no que concerne às informações obrigatórias?

- Conformidade
 Não conformidade
 O Livro não faz parte do acervo da Serventia

DOS TABELIONATOS DE NOTAS

Das Disposições Gerais

1 - Os Livros do Tabelionato de Notas estão escriturados em dia, livres de rasuras, emendas, entrelinhas não ressalvadas, espaços em branco e falta de assinatura das partes e testemunhas, quando for o caso?

- Conformidade
 Não conformidade

2 - A escrituração dos Livros do Tabelionato de Notas obedece ao limite de 200 (duzentas) folhas estabelecido no art. 151, §2º/CNNR/AC?

- Conformidade
 Não conformidade

3 - Os Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à existência de Termos de Abertura e Encerramento e devidamente assinados pelo Oficial Registrador ou Escrevente Autorizado, na forma do art. 149, §§1º e 4º/CNNR/AC?

§ 4º O termo de encerramento será lavrado em 30 (trinta) dias, contados da data do último ato, e implicará a certificação da regularidade de cada ato lançado no livro, ressalvando-se eventuais intercorrências verificadas na escrituração.

- Conformidade
 Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

4 - Os termos e folhas dos Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura do Oficial Registrador ou de Escrevente Autorizado?

Conformidade

Não conformidade

5 - Os termos e folhas dos Livros do Tabelionato de Notas correicionados estão regulares quanto à aposição de assinatura das partes?

Conformidade

Não conformidade

6 - Os Livros do Tabelionato de Notas encerrados estão regulares quanto à encadernação, na forma do art. 149, §§1º e 4º c/c art. 151, §3º, ambos do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

7 - Os Livros do Tabelionato de Notas encerrados estão regulares quanto à existência de índice alfabético dos assentos lavrados - ainda que organizado pelo sistema de fichas -, na forma do art. 34, da Lei de Registros Públicos?

Conformidade

Não conformidade

8 - A escritura pública, em se tratando de bens imóveis, contém a qualificação do cônjuge, o regime de bens do casamento e a data do casamento?

Conformidade

Não conformidade

9 - O Tabelião designa escreventes com a função de substituto, tantos quantos necessários, assim como um dentre os substitutos, a fim de responder pelo serviço nos casos de seu afastamento ou impedimento, por meio de ato interno contendo a qualificação do nomeado e as funções que poderá exercer - na forma do art. 23, parágrafo II do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

10 - O Tabelião comunica as designações e os eventuais desligamentos dos substitutos, dos escreventes e dos auxiliares à Corregedoria-Geral da Justiça e ao Juiz Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da respectiva comarca - na forma do art. 227, parágrafo III do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Recomendação para a inconformidade: Recomenda-se que o Interino Providencie a Comunicação do desligamento com a urgência que a matéria exige, nos termos do do art. 227, parágrafo III do CNNR/AC.

11 - O Tabelião remete seus espécimes de assinatura e sinal público, assim como de seus substitutos, à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, bem como as demais informações periódicas exigidas por lei ou por ato do Poder Judiciário, na forma do art. 227, parágrafos VI e XIV, ambos do CNNR/AC?

() Conformidade

(X) Não conformidade

Recomendação para a inconformidade: Recomenda-se que o Interino Providencie o envio das espécimes de assinatura e sinal público, com a urgência que a matéria exige, nos termos do do art. 227, parágrafos VI e XIV, ambos do CNNR/AC.

12 – Os arquivos são organizados e mantidos através da utilização de meios seguros que facilitem as buscas, anotando, à margem dos atos lavrados na serventia, os respectivos aditamentos, as retificações, as ratificações, os distratos, as revogações, os substabelecimentos e quaisquer outras alterações que forem feitas - na forma do art. 227, parágrafo X do CNNR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade

Das Procuções

13- O Tabelionato de Notas está regular no que se refere à orientação dos usuários dos serviços notariais quanto à exigência da forma pública das procuções para os casos exigidos em lei?

(X) Conformidade

() Não conformidade

() Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

14 - Para efeitos de cobrança de emolumentos em razão da lavratura de Procuções, o Tabelionato de Notas está regular no que se refere à pessoa física o empresário individual que exerce sozinho atividade econômica e sempre que houver mais de um outorgante, independentemente de se tratar de pessoas casadas ou que convivem em união estável na forma do art. 379/CNRR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade

15 - É observado a cobrança das procuções contempladas no Art. 380 e 381 do CNRR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

16 - São atentados os itens para considerar-se procuração em causa própria o instrumento que autoriza o procurador a transferir bens para si, desde que, além dos requisitos para qualquer procuração, constem do referido ato: I - preço e forma de pagamento; II - consentimento do outorgado ou outorgados; III - objeto determinado; IV - determinação das partes; V - anuência do cônjuge do outorgante; VI - quitação do imposto de transmissão, quando a lei exigir - na forma do art. 382, § 1º, 2º e 3º do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

17 - É observado se para a lavratura da procuração em causa própria, os documentos apresentados e arquivados são os mesmos exigidos para a escritura e a cobrança da mesma ser feita de acordo com a Tabela 5-A - na forma do art. 383, § 2º do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

18 - Nas escrituras de substabelecimento, e naquelas em que as partes se fizerem representar por procurador substabelecido, o Tabelião de Notas exige a apresentação dos instrumentos de procuração e substabelecimento, se estes não tiverem sido lavrados nas próprias notas do cartório, arquivando-os em pasta própria, com remissões recíprocas -na forma do art. 386 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

19 - Os Tabeliões de Notas, ao lavrarem escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração escriturada em suas serventias, anotam essa circunstância, imediatamente e sem ônus aos interessados, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado, na forma do art. 387, *caput*, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

20 - Quando o substabelecimento, a renúncia ou o ato revocatório é lavrado em outra serventia, o Tabelião de Notas, imediatamente e mediante o pagamento pelo interessado da despesa com a respectiva comunicação, comunicará essa circunstância ao Tabelião de Notas que lavrou o ato original, enviando-lhe cópia da escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração que lavrou, na forma do art. 387, §1º, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

21 - As cópias das escrituras de substabelecimento, revogação e renúncia de procurações serão arquivadas em pasta própria, anotando o tabelião de notas, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado, o número da pasta e a folha em que arquivado o documento referido, com remissões recíprocas, na forma do art. 387, §2º, do CNNR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade

Das Escrituras Públicas

Dos Aspectos Gerais e Comuns a todas as Espécies de Escritura Públicas

22 - Os Tabeliães de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros

requisitos, contem:

I – dia, mês, ano e local em que lavrada, lida e assinada;

II – qualificação das partes, observando:

a) quando se tratar de pessoa natural: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, número do registro de identidade (com menção ao órgão público expedidor) ou de documento equivalente, número de inscrição no CPF, domicílio e residência das partes e dos demais comparecentes, o regime de bens do casamento (quando necessário), nome do cônjuge e filiação, expressa referência a eventual representação por procurador, bem ainda, se houver, alterações nos documentos de identificação, mencionando-se o documento antigo e o atual;

b) quando se tratar de pessoa jurídica: a data do contrato social ou de outro ato constitutivo, número de inscrição no CNPJ, número na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, referência à cláusula do contrato ou do estatuto social que verse sobre as pessoas incumbidas da sua administração, seus poderes e atribuições, a autorização para a prática do ato, se exigível, e a ata da assembleia geral que elegeu a diretoria.

III - manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes;

IV - referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato;

V - declaração de ter sido lida na presença das partes e dos demais comparecentes, ou de que todos a leram - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade

23 - Os Tabeliães de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros

requisitos, contem:

I - assinatura das partes e dos demais comparecentes ou, caso não possam ou não saibam escrever, de outras pessoas capazes, que assinaram a rogo e no lugar

daqueles, cujas impressões digitais, no entanto, deverão ser colhidas mediante emprego de coletores de impressões digitais;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

II - assinatura do tabelião de notas, de seu substituto legal, ou escrevente autorizado;

III - menção à data, ao livro e à folha da serventia em que foi lavrada a procuração, bem como à data da certidão correspondente;

IV – quando se tratar de pessoa jurídica, apresentação do contrato social, suas alterações ou apenas a última alteração consolidada, bem como demais documentos de outras entidades competentes (OAB, CRECI, etc.), e a qualificação do seu representante legal e, se necessário, autorização válida para a prática do ato.

V - indicação clara e precisa da natureza do negócio jurídico e seu objeto - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

24 - Os Tabeliães de Notas na escritura pública, salvo quando exigidos por lei outros

requisitos, contem:

I - recibo discriminado dos emolumentos devidos pela prática do ato; (Acrescido pelo Provimento COGER nº 22, de 19.12.2016)

II - Caso a escritura pública seja passada ou recebida por procurador, foi apresentado o original do instrumento de mandato

III - Declaração, se o caso, da forma do pagamento, se em dinheiro ou em cheque, com identificação deste pelo seu número e pelo banco sacado, ou mediante outra forma estipulada pelas partes;

IV - declaração de que é dada quitação da quantia recebida, quando for o caso; - todos na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

25 - Os Tabeliães de Notas verificam a outorga do cônjuge em qualquer escritura que tenha por objeto alienação ou oneração de imóvel, inclusive em escritura de integralização de capital em que o cônjuge não participe da sociedade, salvo se o casamento for sob o regime da separação total de bens - na forma do art. 263, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

26 - Nas escrituras relativas ao imóvel que não possua matrícula, mas que possua transcrição no registro imobiliário os Tabeliães identificam seu objeto, nos seguintes termos: I - sendo imóvel urbano construído, mediante referência a sua espécie, logradouro, número da edificação, número do lote de terreno e da quadra, situação que mencione bairro, distrito, município, comarca e estado da Federação, área, dimensões, confrontações e designação cadastral, se houver; II - sendo lote de terreno urbano vago, mediante referência a número, quadra, bairro, distrito, município, comarca e estado da Federação, área, dimensões, confrontações e designação cadastral, se houver, bem como indicação se ele está do lado par ou ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

métrica da edificação ou esquina mais próxima.na forma do art. 265, do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

27 - Houve a identificação de cobranças de emolumentos em desacordo com a Tabela de Emolumentos vigentes à época da prática do ato no âmbito do Tabelionato de Notas?

Conformidade

Não conformidade

28 - Ocorreu, sem a devida autorização judicial a alienação de imóvel pertencente a menores de 18 anos de idade?

Conformidade

Não conformidade

Das Escrituras Públicas de Compra e Venda de Imóvel Urbano

29 - Os Tabeliães de Notas verificam Art. 267 os requisitos documentais inerentes à regularidade de escritura pública que implique transferência de domínio ou de direitos relativamente a imóvel, bem assim como constituição de ônus reais:

A - apresentam de comprovante de pagamento do imposto de transmissão, havendo incidência, salvo quando a lei autorizar o recolhimento após a lavratura, fazendo-se, nesse caso, expressa menção ao respectivo dispositivo legal:

Conformidade

Não conformidade

B - apresentam de certidão fiscal expedida pelo município ou pela União ou comprovante de quitação dos tributos que incidam sobre o imóvel:

Conformidade

Não conformidade

C - apresentam da certidão atualizada de inteiro teor da matrícula ou do registro imobiliário antecedente em nome do(s) transmitente(s), salvo nesta última hipótese nos casos de transmissão sucessiva realizada na mesma data pelo mesmo tabelião:

Conformidade

Não conformidade

D - apresentação de certidão de ônus reais, assim como certidão de ações reais ou de ações pessoais reipersecutórias relativamente ao imóvel, expedidas pelo Ofício de Registro de Imóveis competente, cujo prazo de eficácia, para esse fim, será de 30 (trinta) dias:

Conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

() Não conformidade

E - apresentam certidão de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST ou expressa declaração, consignada na escritura, de que as partes envolvidas estão cientes da possibilidade de sua obtenção

(X) Conformidade

() Não conformidade

Das Escrituras Públicas de Compra e Venda de Imóvel Rural

30 - Os Tabeliães de Notas verificam na identificação do imóvel:

a) para imóveis rurais georreferenciados: número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, localização, denominação, área total, número do cadastro no INCRA constante do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR e Número de Imóvel Rural na Receita Federal -NIRF; na forma do art. 267, do CNNR/AC?

(X) Conformidade

() Não conformidade

b) para os demais imóveis rurais, os objetos de transcrição: descrição integral e pormenorizada, com referência a suas características e confrontações;

(X) Conformidade

() Não conformidade

31 - Os Tabeliães de Notas verificam os requisitos indispensáveis à escritura pública que implique alienação, a qualquer título, de imóvel rural ou de direito a ele relativo, assim como sua oneração na forma do art. 283, do CNNR/AC?

A - apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR mais recente, emitido pelo INCRA, devendo ser mencionado na escritura o seu número, área do imóvel e módulo;

(X) Conformidade

() Não conformidade

B - apresentação do comprovante de quitação da taxa de serviços cadastrais, se não constar a quitação da taxa no próprio CCIR;

(X) Conformidade

() Não conformidade

C - apresentação dos 5 (cinco) últimos comprovantes de pagamento referentes ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR ou certidão negativa relativa ao ITR expedida pelo órgão federal competente, ressalvados os casos de inexigibilidade e dispensa previstos no art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;

(X) Conformidade

() Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

D - apresentação de certidão negativa de débito para com o INSS da pessoa jurídica alienante e da pessoa física alienante, caso esta última seja empregadora ou, se a pessoa física não for empregadora, declaração expressa nesse sentido sob sua responsabilidade civil e criminal;

Conformidade

Não conformidade

E – referência à existência de reserva florestal que esteja averbada na matrícula do imóvel ou registrada em órgão competente;

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificada ocorrência para a matéria

F - prova de adoção da forma nominativa de suas ações no caso da sociedade anônima adquirente de imóvel rural que tenha por finalidade: dedicar-se a loteamento rural, explorar diretamente áreas rurais, ser proprietária de imóveis rurais não vinculados às suas atividades estatutárias.

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificada ocorrência para a matéria

G - apresentação do Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, expedido pelo INCRA.

Conformidade

Não conformidade

Das Escrituras Públicas de Inventário, Partilha, de Separação e de Divórcio

32 - Os Tabeliães de Notas cobram o valor de emolumentos com base de cálculo, havendo ou não a partilha, o valor total do monte-mor dos bens arrolados na escritura, ainda que haja partilha posterior ou atribuição particular de bem?

Conformidade

Não conformidade

33 - Os Tabeliães de Notas verificam se Todas as partes e seus respectivos cônjuges devem ser nomeados e qualificados na escritura pública na forma do art. 306 do CNR/AC?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

34 - Os Tabeliães de Notas verificam se na escritura pública de inventário e partilha conterà na forma do art. 307 do CNNR/AC?

A - a qualificação completa do autor da herança, o regime de bens do casamento, o pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, o dia e o lugar em que faleceu?

Conformidade

Não conformidade

B - a data da expedição da certidão de óbito, o livro, a folha, o número do termo e a unidade de serviço em que consta o registro do óbito, a menção ou declaração dos herdeiros de que o autor da herança não deixou testamento e outros herdeiros, sob as penas da lei?

Conformidade

Não conformidade

35 - Os Tabeliães de Notas verificam se na lavratura da escritura de inventário e partilha, foram apresentados e arquivados, além dos documentos relacionados no art. 308 do CNNR/AC:

A - certidão de óbito do autor da herança, documento de identidade oficial e número do CPF das partes e do autor da herança, documento comprobatório do vínculo de parentesco dos herdeiros, certidão de casamento do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros casados e pacto antenupcial, se houver?

Conformidade

Não conformidade

B - certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos?

Conformidade

Não conformidade

C - documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver?

Conformidade

Não conformidade

D - certidões negativas de débito, ou positivas com efeito de negativas, expedidas pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal, em favor do autor da herança?

Conformidade

Não conformidade

E - CCIR, se houver imóvel rural a ser partilhado?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

36- Os Tabeliães de Notas verificam os documentos apresentados no ato da lavratura da escritura são originais ou em cópias autenticadas, salvo os de identidade das partes, que serão sempre originais, de acordo com o art. 309 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correccionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

37 - Os Tabeliães de Notas verificam se na lavratura da escritura pública de separação e de divórcio consensuais, são apresentados os seguintes documentos de acordo com art. 319 de CNNR/AC:

A - certidão de casamento, documento de identidade oficial e número do CPF das partes, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver?

Conformidade

Não conformidade

B - certidão de nascimento ou outro documento de identidade oficial dos filhos absolutamente capazes, se houver, certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos e documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver?

Conformidade

Não conformidade

38 - Os Tabeliães de Notas verificam se as partes as partes declaram no ato da lavratura, de acordo com o art. 320 do CNNR/AC que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes indicando:

A - existência de bens comuns sujeitos à partilha e de bens particulares de cada um dos cônjuges, descrevendo-os de forma detalhada, com indicação da matrícula e registro imobiliário, se for o caso, atribuindo-lhes os respectivos valores, partilha dos bens comuns?;

Conformidade

Não conformidade

B - pensão alimentícia, com indicação de seu beneficiário e valor, condições e critérios de correção, ou a dispensa do referido direito e retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou manutenção do nome de casado?

Conformidade

Não conformidade

39 - Os Tabeliães de Notas verificam se escritura pública, deve constar declaração das partes de que estão cientes das consequências da separação e do divórcio, firmes no propósito de pôr fim à sociedade conjugal ou ao vínculo matrimonial, respectivamente, sem hesitação, com recusa de reconciliação de acordo com art. 321 de CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

40 - Os Tabeliães de Notas verificam se havendo bens a serem partilhados, distinguir-se-á o que é do patrimônio individual de cada cônjuge do que é do patrimônio comum do casal, conforme o regime de bens, constando isso no ato notarial lavrado de acordo com art. 323 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

41 - Os Tabeliães de Notas verificam se na partilha em que houver transmissão de propriedade do patrimônio individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual do patrimônio comum, deverá ser comprovado o recolhimento do tributo devido sobre a fração transferida de acordo com art. 324 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

42 - Os Tabeliães de Notas verificam se os documentos mencionados escritura pública são arquivados na serventia de acordo com o art. 325 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

43 - Os Tabeliães de Notas verificam na escritura pública de restabelecimento constam, de modo expresso, que em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens de acordo com o art 335 do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Escritura Pública de Compra e Venda

44 - Os Tabeliães de Notas verificam na escritura de doação, o grau de parentesco entre os doadores e os donatários e nos negócios em que houver transmissão de nua propriedade e usufruto, indicação dos respectivos valores separadamente de acordo com o art 263 - X do CNNR/AC?

Conformidade

Não conformidade

Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

45 - Os Tabeliães de Notas verificam se de interesse de incapaz, menção expressa à idade, se menor, e, sempre, a pessoa por quem é representado ou assistido, ressalvados os casos de aceitação futura pelo donatário acordo com o art 263 - XI do CNNR/AC?;

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, no período correicionado, não foi identificado ocorrência para a matéria

Testamento

46 - Os Tabeliães de Notas verificam os requisitos essenciais do testamento público de Art. 358 do CNNR/AC:

A - ser escrito por tabelião de notas em seu livro próprio, de acordo com as declarações do testador, podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

B - se foi lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião de notas?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

C - ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião de notas?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

47 - Os Tabeliães de Notas verificam quem não podem ser nomeados herdeiros nem legatários de acordo com o de Art. 364 do CNNR/AC:

A - a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, nem o seu cônjuge, companheiro, ascendentes e irmãos?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

B - as testemunhas do testamento?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

C - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

D- o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

48 - Os Tabeliães de Notas verificam se o testamento cerrado escrito pelo testador, ou por outra pessoa a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião de notas, observadas as seguintes formalidades de acordo com o art. 366 do CNNR/AC:

A - o testador deverá entregar o testamento cerrado ao tabelião de notas em presença de duas testemunhas?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

B - o testador deverá declarar que aquele é o seu testamento e que quer que seja aprovado?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.

C - o tabelião de notas lavrará, desde logo, o auto de aprovação, na presença de duas testemunhas, e o lerá, em seguida, ao testador e às testemunhas;

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificado ocorrência para a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

D - o auto de aprovação será assinado pelo tabelião de notas, pelas testemunhas e pelo testador?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificada ocorrência para a matéria.

49 - O Tabelião de Notas verifica no Art. 369. O testamento cerrado pode ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio testador, ou por outrem a seu rogo de acordo com o art. 369 do CNNR/AC?

() Conformidade

() Não conformidade

(X) Não se aplica, pois no período correicionado não foi identificada ocorrência para a matéria.

50 - A DOI é apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, por meio da Internet? (*caput* do Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.112/2010)

() Conformidade

(X) Não conformidade

Observação: No curso da correição foi constatado que o Interino realizou o lançamento da DOI referente a ato praticado em 04/02/2020, ou seja, após 08 meses do ato, figurando uma gravíssima violação das regras de negócios estabelecidas pela Receita Federal.

Outro fato que merece destaque é a DOI lançada em 09/10/2020, referente ao ato realizado em 12/11/2019.

A situação se agrava, pois registram várias violações de lançamento da DOI, inclusive realizadas nas vésperas da correição ordinária.

A situação revela inobservância da legislação, sendo necessário que o Interino justifique o fato e implante gestão de processos e rotinas que assegurem o lançamento da DOI no prazo legal.

Recomendação para a inconformidade: Orienta-se que sejam adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento do que está previsto no *caput* do Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.112/2010.

Código da foto: 20201020_112121.jpg, 20201020_112419.jpg, 20201020_112638.jpg, 20201020_113023.jpg

Art. 6º No caso de falta de apresentação ou apresentação da declaração após o prazo fixado, o Serventuário da Justiça sujeitar-se-á à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao mês-calendário ou fração sobre o valor da operação, limitada a 1% (um por cento), observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo.

§ 1º A multa terá como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º A multa de que trata o *caput* será:

I - reduzida à metade, caso a declaração seja apresentada antes de qualquer procedimento de ofício;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

- II - reduzida a 75% (setenta e cinco por cento), caso a declaração seja apresentada no prazo fixado em intimação;
- III - de no mínimo R\$ 20,00 (vinte reais).

DA PUBLICAÇÃO DE EDITAIS EM CASAMENTO GRATUITO

Pelo Provimento n 09-2018, verifica-se que a Corregedoria Geral da Justiça autorizou a publicação de editais de casamento gratuito no Diário da Justiça. Considerando o custo de armazenamento e manutenção de dados realizados pelo Poder Judiciário do Estado do Acre, verifica-se que a publicação de editais no Diário da Justiça deve ser revisto, evitando que este ônus continue recaindo ao Poder.

Como se observa na prática forense, os editais são fixados em mural dos Fóruns, situação suficiente para que se dê publicidade. Nestes termos, propõe-se que a reforma do artigo 675, parágrafo segundo do Provimento n. 10-2016, estipulando que os editais de casamentos gratuitos sejam fixados e publicados em murais da própria serventia.

Não sendo o melhor encaminhamento, que o FECOM passe a disciplinar um valor de ressarcimento para a publicação de edital, mas que em hipótese alguma esse ônus continue sendo suportado pelo Poder Judiciário.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o Interino responsável pela Serventia encaminhe as comprovações referentes às recomendações/orientações constantes deste Relatório.
2. Fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o Interino responsável pela Serventia encaminhe à Corregedoria-Geral da Justiça todos os documentos relacionados nos autos nº 0000806-36.2020.8.01.0000, referentes aos aspectos tributários, administrativos, previdenciários e trabalhistas da Serventia.
3. Os aspectos não dirimidos neste relatório serão objeto de Relatório Complementar a ser elaborado pela Equipe de Fiscalização **no prazo de 10 (dez) dias** a contar da data de encerramento das atividades correcionais.
4. Em relação às recomendações/orientações constantes, fica estabelecido **o prazo de 30 (trinta) dias** para que o Interino responsável pela Serventia encaminhe as comprovações referentes às recomendações/orientações que foram apontadas as seguintes inconformidades:
 - **Dos Aspectos Gerais da Serventia** - dos itens 29;
 - **Do Registro Civil e das Pessoas Naturais** - Sem recomendações para este item;
 - **Do Tabelionato de Notas** - dos itens 10, 11, 50.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Gerência de Fiscalização Extrajudicial

5. Sobre as demais orientações, depreende-se ser conveniente e plausível que sejam avaliadas oportunamente, na ocasião da próxima inspeção ou correição empreendida por este Órgão Correcional.
6. Transcorrido o prazo supracitado, determina-se à Gerência de Fiscalização Extrajudicial e à Assessoria desta Corregedoria-Geral da Justiça que promovam o acompanhamento das providências demandadas, certificando nos autos as ocorrências.
7. Todos os documentos referidos no presente relatório estão arquivados na Gerência de Fiscalização Extrajudicial ficando a disposição dos interessados.
8. Publique-se este documento na página eletrônica deste Órgão.

Rio Branco-AC, 06 de novembro de 2020

Dr. Leandro Leri Gross
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Sara Maria Crispim de Souza D'Anzicourt
Técnica Judiciária

Annete Nágila da Silveira Vale
Técnica Judiciária

Jovanny do Nascimento Fogaça
Assessor Técnico